

Causa do Povo

PUBLICAÇÃO DA UNIÃO POPULAR ANARQUISTA - UNIPA - Nº 34 - JULHO DE 2007

unipa.cjb.net / unipa_net@yahoo.com.br

R\$ 0,50

A questão palestina

O conflito inter-imperialista e os limites da guerra de libertação nacional

O texto intitulado “*Medio Oriente en la Lupa, una estrategia Anarquista y Revolucionaria*”, assinado em conjunto pela Pró-Organização Revolucionária Anarquista (pró ORA, Argentina) Aliança Comunista Libertária (ACL, México) e a UNIPA, aponta para uma crise do *capital-imperialista*, caracterizada pelas disputas entre potências imperialistas onde, principalmente Rússia e China, se opõem às políticas estadunidenses e da Europa Ocidental (existindo também dissenso no interior da Europa Ocidental). No centro das disputas imperialistas está o Oriente Médio e os seus mais de 65% das reservas de petróleo do mundo.

É nesse contexto de aprofundamento da competição entre as potências imperialistas que se inserem as invasões do Afeganistão e do Iraque pelas tropas estadunidenses e seus aliados, a invasão frustrada do sul do Líbano pelo Estado de Israel, a guerra entre Israel e os palestinos e a recente guerra civil palestina, que colocou de um lado o Hamas e do outro o Fatah.

Desde as eleições para o Parlamento Palestino, no início de 2006, que consagraram o Hamas

como grande vencedor (conquistando 76 das 132 cadeiras do Parlamento, contra 43 do Fatah), se intensificaram os conflitos na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, bem como a repressão do Estado Sionista de Israel contra os palestinos. Na mesma medida, o governo

manteve seu programa de libertação nacional, ou seja, a liberdade do povo palestino condicionada à destruição do Estado de Israel.

O posicionamento do Hamas entrou em choque com a política colaboracionista do Fatah. Na verdade, os dois grupos estão

de lados opostos deste o final dos anos de 1980, pois o Hamas foi criado em 1988 pelos grupos que protagonizaram a Primeira Intifada (de 1987). Ou seja, no mesmo ano que a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) renunciou oficialmente à luta armada e aceitou o “direito” de Israel existir. O colaboracionismo do Fatah se aprofundou após os *Acordos de Oslo* (1993) com a criação da



Depois de tomar o centro de segurança do Fatah, militantes do Hamas fazem patrulha nas ruas de Gaza

estadunidense e a União Européia retiraram o apoio financeiro destinado ao governo da Autoridade Nacional Palestina (ANP), por causa da formação do governo de coalizão – Fatah com o presidente Mahmoud Abbas e Hamas com a maioria do parlamento.

As pressões sobre o Hamas tinham o objetivo de fazê-lo reconhecer o “direito” de existência do Estado de Israel, abandonar a luta armada e aceitar a colaboração com os sionistas. Entretanto, o Hamas

ANP, que teve o apoio das potências imperialistas e o consentimento de Israel, e foi condenada pelo Hamas.

A incompatibilidade entre a luta de libertação nacional do Hamas e o colaboracionismo do Fatah lançou os palestinos numa verdadeira guerra civil nos últimos meses, provocando inúmeras mortes.

O conflito também provocou o fim do governo de coalizão. No dia 14 de junho, o

E mais:

***Pensar e fazer a revolução: O III Congresso da UNIPA no contexto da luta de classes no Brasil - p.2**

***A Importância das mobilizações estudantis e suas debilidades hoje - p.4**

Hamas tomou o centro de segurança do Fatah em Gaza e expulsou os adversários do território. A resposta do Fatah veio com a nomeação de Salam Fayyad (do Partido Terceira Via, que obteve 2,4% dos votos em 2006) feita por Abbas como novo primeiro ministro. Assim a ANP encontra-se com dois “primeiros ministros”: Ismail Haniyeh do Hamas, tendo sua sede em Gaza, e Fayyad do Fatah, com um gabinete de emergência na Cisjordânia.

Os colaboracionistas do Fatah receberam apoio imediato dos EUA e de Israel e anunciaram a retomada da ajuda financeira à ANP. O que se concretizou no dia 23 de junho, quando o premiê israelense, Ehud Olmert, comunicou a libera-

ção de 350 milhões de dólares dos cerca de 700 milhões de dólares oriundos de impostos que deveriam ser direcionados aos palestinos, mas que, em retaliação ao Hamas, estavam retidos. Ironicamente, nos anos de 1980 as grandes potências capitalistas, especialmente os EUA, financiavam os grupos fundamentalistas (como o grupo de Osama Bin Laden) que faziam oposição à frente organizada em torno da OLP.

É importante ressaltar que Fayyad é ex-ministro das Finanças e ex-funcionário do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), portanto tem toda a confiança de Israel e das potências do ocidente. Em outras palavras, os

grandes vencedores desse conflito são o Estado sionista de Israel e as potências ocidentais, que têm no Fatah mais um aliado para “pacificar” a região e continuar explorando o petróleo do oriente médio.

O povo palestino encontra-se refém de um lado do colaboracionismo do Fatah, de outro, pelos limites da luta de libertação nacional dirigida pelo Hamas. Portanto, como a UNIPA apontou no *Causa do Povo* número 26, a causa palestina não pode ser a luta apenas de um povo sob a bandeira do nacionalismo, mas sim a causa da classe trabalhadora internacional. A Revolução Proletária é o único caminho para a emancipação dos palestinos.

Pensar e fazer a revolução: O III Congresso da UNIPA no contexto da luta de classes no Brasil

A União Popular Anarquista - UNIPA - completa em 2007 quatro anos de existência e realiza em Julho seu III Congresso. O I Congresso aconteceu em março de 2003 e o II em fevereiro-março de 2004. Nesse período a organização conseguiu consolidar sua proposta e criar seu pequeno mas real espaço no movimento sindical e popular. O desafio do III Congresso é exatamente avançar na teoria e prática da revolução brasileira de uma perspectiva anarquista.

O tema do III Congresso é **“Ir ao Povo: as tarefas dos anarquistas e do proletariado diante da ofensiva neoliberal”**. A palavra de ordem “ir ao povo” foi cunhada por Bakunin no século XIX, para designar a tarefa dos anarquistas russos. Esses deveriam se dedicar ao trabalho político junto às massas camponesas. Começar mesmo que “do zero” um trabalho de propaganda e organização que deveria ter como meta a revolução social.

Nesse sentido, a palavra de ordem hoje ganha também um significado histórico fundamental. Tra-

ta-se de aplicar no contexto brasileiro, a linha política revolucionária anarquista. Ir ao povo, à classe trabalhadora, para participar de suas lutas, é o primeiro e principal dever do revolucionário. Ir ao povo no atual contexto, marcado pela ofensiva neoliberal (que faz parte de um processo de transição a uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial) significa participar das lutas de resistência da classe contra as reformas estatais e medidas de reestruturação produtiva.

Essa orientação política geral só ganha importância à luz da aplicação do bakuninismo e a análise das relações de classe no Brasil e no mundo. E esse trabalho de aplicação teórica, de produção de uma sociologia – no sentido que Bakunin defendia – da revolução, é uma contribuição anarquista ao processo de constituição do proletariado enquanto classe. “Pensar a revolução” é uma das dimensões do fazer revolucionário.

Por isso o I Congresso da UNIPA tinha indicado como tarefa a elaboração de uma teoria anar-

quista da revolução brasileira. E o III Congresso representa um momento importante, pois apresentamos uma síntese teórica acerca do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e mundial a partir das teses bakuninistas, encerrando assim a etapa de trabalho iniciada em 2003. Afirmamos inicialmente que era possível criar uma teoria a partir de Bakunin. Agora apresentamos os traços gerais de tal teoria em teses específicas.

O III Congresso representa ao mesmo tempo um ponto de chegada – para o processo de produção teórica iniciado em 2003 – e o ponto de partida para uma nova fase. Fase esta em que esperamos dar continuidade à construção de uma sociologia revolucionária bakuninista e, paralelamente, à construção nacional da UNIPA e expansão de suas frentes de massa. É um trabalho inovador em termos de Brasil e coloca mais desafios agora.

O debate acerca da revolução proletária e socialista em geral, e da revolução brasileira em particular, encontra-se estagnado.

Não poderia ser de outra maneira já que o próprio movimento revolucionário e proletário encontra-se em crise no Brasil e no mundo. Nesse sentido, a formulação de uma teoria anarquista da revolução brasileira é uma tarefa essencial da reconstrução do anarquismo e quiçá do movimento proletário.

A nossa principal tarefa teórica é contrapor a **“teoria etapista da revolução”**, de cunho comunista e social-democrata, pela **“teoria da revolução integral”** (econômica, política e social), característica do anarquismo. Bakunin apontou nos anos 1860 que a teoria da revolução em etapas dos social-democratas representava um projeto de “revolução burguesa” e que por isso abria campo para a aliança com a burguesia e abdicação da própria idéia da revolução em nome de “reformas”. Assim, definia-se na realidade todo o campo de oposições entre Bakunin e Marx.

A recusa da teoria etapista implicava na recusa de uma “fase de transição” entre a sociedade de classes e a sociedade sem classes, marcada pelo papel do Estado e pela “ditadura do proletariado”. A teoria etapista da revolução estava amparada numa teoria geral da sociedade – o materialismo histórico – que supunha a evolução e sucessão de modos de produção no tempo, da qual o comunismo seria o estágio mais avançado. Essa teoria por sua vez tinha um pilar – a determinação da economia em última instância sobre todas as dimensões da vida social. O determinismo econômico estabeleceu papéis fixos para a burguesia e para o “proletariado industrial”.

A idéia da “revolução socialista” ficou atrelada então ao desenvolvimento do capitalismo, da qual seria um produto. Para que a revolução socialista pudesse se realizar, seria necessário “o desenvolvimento do modo de produção capitalista” até certo ponto. Essa base teórica permitiu que a defesa do desenvolvimento do capitalismo se

tornasse uma bandeira política da social-democracia e do comunismo internacionais.

Bakunin criticou firmemente tal teoria da história, questionou o “determinismo econômico”, e consequentemente a teoria das classes e do papel do Estado. Essa crítica estava amparada numa concepção materialista, mas um materialismo distinto do materialismo histórico de Marx e Engels (que supõem o determinismo econômico). Ao mesmo tempo,

Bakunin elaborou uma teoria acerca do **“estatismo”**, ou seja, uma análise da evolução do capitalismo a partir da perspectiva do desenvolvimento do Estado. E adotou a teoria das forças coletivistas como base da crítica econômica do capitalismo. O problema do capitalismo é a exploração das forças coletivas dos trabalhadores. Qualquer revolução que não resolva tal questão será uma revolução burguesa, e por isso, uma contra-revolução.

O ponto central da luta teórica no Brasil permanece o mesmo. A revolução brasileira terá um confronto entre os adeptos da teoria da revolução por etapas (que inclui todo o marxismo, maoísmo, trotskismo, leninismo, stalinismo) e os adeptos da teoria da revolução integral. Ao mesmo tempo, essa luta passa por uma luta de interpretações sociológicas sobre a estrutura de classes e o desenvolvimento capitalista no Brasil.

O capitalismo brasileiro apresenta uma série de características que mostra a sua transição para um tipo de capitalismo ultramonopolista (neoliberal e toyotista). A reestruturação produtiva e as reformas do Estado levam a uma mudança da estrutura de

classes (decorrente da mudança do papel do Brasil e América Latina na divisão internacional do trabalho e do sistema imperialista). Essa mudança implica na ampliação quantitativa do proletariado marginal (os proletários não integra-

dos ao mercado de trabalho ou integrados na sua esfera inferior), e na mudança do seu papel qualitativo. Esse proletariado passará a ser o “tipo padrão” nos diversos ramos e setores da produção e circulação capitalista.

Ao mesmo tempo, a estrutura de classes se diversifica e vemos uma relativa ascensão do setor primário-exportador que ocupa cada vez mais importância na economia brasileira. É o marco de uma nova expansão do capitalismo na agricultura que irá agravar as contradições já existentes.

A política revolucionária deve levar em conta as mudanças da dinâmica do desenvolvimento capitalista e da estrutura de classes no Brasil. Qualquer política que ignore isso não dará conta das tarefas da revolução proletária. E essas são apenas algumas das questões teóricas que temos de enfrentar. Os principais problemas sociais (Questão Econômico-Política, Questão Agrária, Questão Urbana e etc) serão agravados por conta da transição neoliberal no desenvolvimento dependente brasileiro.

Por isso, as teses apresentadas ao nosso III Congresso (que serão publicadas em breve) visam ser um passo inicial e uma contribuição, mesmo que modesta, ao trabalho teórico de interpretação dessa nova realidade e de construção de uma nova política popular revolucionária.

O III Congresso representa ao mesmo tempo um ponto de chegada – para o processo de produção teórica iniciado em 2003 – e o ponto de partida para uma nova fase.

Anarquismo é Luta! Bakunin Vive e Vencerá!

A Importância das mobilizações estudantis e suas debilidades hoje

Uma análise do movimento de ocupação da reitoria da USP

O Movimento de ocupação da reitoria da Universidade de São Paulo (USP) (assim como o movimento pelo passe livre no Rio), mostrou possibilidade de vitória quando enfrentou empresários e governantes e não capitulou com as propostas oportunistas de levar a luta dos trabalhadores para o plano legal (o parlamento e a justiça). Mais do que simples verborragia, a ocupação da USP, impedindo o funcionamento da Universidade, serve como exemplo de experiência coletiva, e ao mesmo tempo demonstra algumas características do atual momento de reorganização do movimento sindical, estudantil e popular.

A ocupação da USP iniciou-se contra a política do Governo Serra (PSDB) de acabar com a “autonomia universitária”. Assim, movimentos espontâneos com participação de pequenos grupos locais foram avançando na luta contra este projeto.

O **parlamentarismo estudantil**, tanto governista como para-governista, devido a sua política de aliança com os setores da burocracia acadêmica e sua bandeira limitada e burguesa de “autonomia universitária”, ficou à reboque das manifestações estudantis.

A mobilização de ocupação da USP, no início, soube superar a limitada bandeira da “autonomia universitária” ao começar a organizar e ampliar as bandeiras de luta como: 1) a denúncia das alianças empresariais na Universidade; 2) a exigência de mais assistência estudantil e; 3) a organização de processos estatuintes nas Universida-

des públicas de todo o país.

Mas os grupos para-governistas e oportunistas demonstraram toda sua política liquidacionista e tiveram uma linda vitória: a implosão da ocupação da USP.

Desde o início da ocupação, o velho **movimento estudantil reformista**, representado hoje pela Frente de Oposição de Esquerda – FOE – (ligada ao PSOL) e a CONLUTE (ligada ao PSTU) que se articulam na *Frente Contra a Reforma Universitária*, se colocaram contra as mobilizações, defendendo tais posições em seis assembléias consecutivas.

Depois de organizado um Encontro Estadual, foi deliberada a realização da Plenária Nacional do dia 16 de Junho. Neste momento, FOE/PSOL e CONLUTE/PSTU mudaram o discurso, declarando seu apoio à ocupação, mas já haviam organizado o seu fim. Em nome da unidade e respaldado pelas **cúpulas sindicais do campo majoritário da CONLUTAS (PSTU/CST) e pela INTERSINDICAL**, os estudantes do PSTU e PSOL foram clamar pela UNIDADE com os governistas da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais, integrada pela UNE, CUT, MST, etc.), somando-se ao calendário defendido pelos governistas e pela UNE.

A LBI, MEPR, ADE e UNIPA presentes na plenária denunciaram a política de colaboração de classe da CONLUTE/PSTU em São Paulo. A LER-QI e outros setores se negaram às discussões políticas alegando “defesa da unidade”, unindo-se ao PSTU e PSOL.

No 50º dia da ocupação da reitoria, na assembléia geral dos es-

tudantes da USP (dia 21/06), PSOL, PSTU e LER defenderam e aprovaram a proposta de acabar com a ocupação da reitoria da USP. Na mesma semana em que a UNICAMP e a UNESP ampliavam o movimento com ocupações, tendo havido inclusive despejo violento pela tropa de choque de Serra na UNESP em Araraquara.

Preferiram a derrota do movimento. Porque a prática e a experiência política desses estudantes poderiam animar e impulsionar a luta dos trabalhadores contra as burocracias sindicais, rompendo com o sindicalismo de Estado e as práticas corporativas do movimento sindical.

Os motivos da derrota do movimento foram as debilidades da ocupação: 1) a falta de uma proposta política concreta para o movimento da ocupação; 2) o oportunismo do PSTU e PSOL.

O movimento de São Paulo, composto em sua maioria por “independentes”, não tinha uma proposta política clara a mostrar para os estudantes, e vacilou diante da ofensiva oportunista da CONLUTE/PSTU e FOE/PSOL. Através do discurso da unidade, os oportunistas defenderam (e defendem) ainda a aliança com os setores governistas.

A experiência política da ocupação da USP com a organização autônoma dos estudantes pode ser o início de um amplo movimento combativo para atingir o conjunto dos trabalhadores. Ainda que esse movimento tenha sido momentaneamente derrotado, os “vitoriosos oportunistas” estão sendo desmascarados a cada dia.

Abaixo ao Governismo!

Pelo fim do Parlamentarismo Estudantil!

Todo o poder ao Povo